

# Mercados

informação global



## Angola

### Ficha de Mercado

Março 2013



aicep Portugal Global

## Índice

1. País em Ficha	03
2. Economia	04
2.1 Situação Económica e Perspetivas	04
2.2 Comércio Internacional	07
2.3 Investimento	10
2.4 Turismo	12
3. Relações Económicas com Portugal	13
3.1 Comércio	13
3.2 Serviços	16
3.3 Investimento	17
3.4 Turismo	18
4. Relações Internacionais e Regionais	19
5. Condições Legais de Acesso ao Mercado	21
5.1 Regime Geral de Importação	21
5.2 Regime de Investimento Estrangeiro	25
5.3 Quadro Legal	29
6. Informações Úteis	32
7. Endereços Diversos	34
8. Fontes de Informação	38
8.1 Informação Online <b>aicep</b> Portugal Global	38
8.2 Endereços de Internet	40

## 1. País em Ficha

Área:	1.246.700 Km <sup>2</sup>
População:	20,1 milhões de habitantes (estimativa 2012)
Densidade populacional:	16 hab. /Km <sup>2</sup>
Designação oficial:	República de Angola
Chefe de Estado:	José Eduardo dos Santos (desde setembro de 1979)
Presidente e Chefe de Governo:	José Eduardo dos Santos
Vice-Presidente:	Manuel Vicente
Data da atual Constituição:	Promulgada pelo Presidente da República a 5 de fevereiro de 2010
Principais Partidos Políticos:	<u>Governo</u> : Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com 175 lugares no parlamento, composto por 220 lugares. <u>Oposição</u> : União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), principal partido da oposição, com 32 lugares. As próximas eleições gerais deverão ter lugar em finais de 2016
Capital:	Luanda - 4,5 milhões de habitantes (2009)
Outras cidades importantes:	Lubango (1.011 mil), Huambo (904 mil), Lobito (737 mil), Benguela (469 mil), Kuito-Bié (424 mil) e Cabinda (399 mil)
Religião:	A maioria da população é cristã (Igreja Católica Romana), embora uma parte significativa pratique cultos e religiões locais
Língua:	A língua oficial é o português, mas são falados diversos dialetos africanos
Unidade monetária:	Kuanza de Angola (AOA) 1 EUR = 125,31 AOA (fevereiro 2013)
Risco País:	Risco geral – B (AAA = risco menor; D = risco maior) Risco político – B Risco de estrutura económica - B
“Ranking” em negócios:	Índice 4,09 (10 = máximo) “Ranking” geral: 80 (entre 82 países) (EIU – março 2013)
Risco de crédito:	5 (1 = risco menor; 7 = risco maior) (COSEC – fevereiro 2013)
Grau da abertura e dimensão relativa do mercado (2011):	Exp. + Imp. / PIB = 76, 0% Imp. / PIB = 37, 5% Imp. / Imp. Mundial = 0,12%

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU); Fundo Monetário Internacional (FMI); Organização Mundial de Comércio (OMC), Companhia de Seguros de Crédito (COSEC)

## 2. Economia

### 2.1 Situação Económica e Perspetivas

Saída, em 2002, de uma guerra civil que assolou o país durante 27 anos, Angola tem-se, naturalmente, assumido como uma potência regional no contexto da África Subsariana, convergindo para uma economia de mercado com um rendimento anual *per capita* da ordem de 6.000 USD. O país é rico em recursos naturais, com destaque para o petróleo; não obstante, a agricultura de subsistência constitui o principal recurso para a maioria da população, ocupando cerca de 85% da força laboral, embora represente menos de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) total. Em contrapartida, a indústria e os serviços, que têm um peso no PIB de, respetivamente, 65,8% e 24,6%, empregam apenas 15% do total da força laboral.

Entre 2003 e 2008 a taxa média de crescimento económico situou-se em 14,8% ao ano, posicionando Angola no topo dos países com maior crescimento a nível mundial. O impacto da crise financeira global e uma quebra na produção petrolífera provocou um abrandamento significativo do crescimento, entre 2009 e 2011, para uma média de apenas 2,5%. No ano transato, o aumento em 5,4% na produção petrolífera angolana, de 1,66 milhões de barris/dia (mbd) para 1,75 mbd, contribuiu decisivamente para impulsionar a atividade económica, bem como para um forte desenvolvimento do setor não-petrolífero, não surpreendendo que o crescimento do PIB se tenha fixado em 8%.

Segundo as projeções do *Economist Intelligence Unit* (EIU), um crescente aumento da produção petrolífera (que deverá chegar aos 2,23 mbd em 2017), acompanhado de uma cotação internacional historicamente alta, impulsionarão favoravelmente o PIB nos próximos 5 anos. Globalmente, são francamente favoráveis as perspetivas para o setor dos hidrocarbonetos no ano em curso. O campo petrolífero PSVM, que iniciou a produção em dezembro de 2012, deverá atingir, ainda durante o 1º semestre, a marca de 150.000 bd, a que se junta a central de Soyo (gás natural liquefeito), com uma capacidade de produção de 5,2 milhões de toneladas/ano, que deverá começar a exportar a partir do 2º trimestre. Não surpreende, pois, que em 2013 o PIB possa registar uma subida de 8,3%.

Para os anos seguintes, e ultrapassado o efeito irrepetível conseguido com a central de Soyo, mas beneficiando do desempenho do setor petrolífero e da entrada em produção de novos poços, o ritmo de crescimento económico manter-se-á robusto, embora deva abrandar até 5,9%. A estrutura do crescimento económico angolano permanecerá intensiva em capital e dependente das compras ao exterior.

Depois de uma taxa de inflação de 14,3% em 2010, impulsionada pelo aumento dos preços dos combustíveis (em consequência de uma redução dos subsídios), pelos estrangulamentos no fornecimento de bens causados pelos atrasos nas importações (cerca de 90% dos bens de consumo são importados) e pela depreciação da moeda face às divisas dos principais países fornecedores, em 2011 registou-se uma ligeira melhoria da cadência inflacionária, que se fixou em 13,5%.

Em 2012, e graças à intervenção do Banco Nacional de Angola, o país recuperou para um nível record de reservas internacionais, suficiente para cobrir mais de 7 meses de importações; acresce ainda que, no médio prazo, e tendo em vista conter a onda de descontentamento contra o elevado custo de vida, o Governo não tenciona reduzir os subsídios aos combustíveis. Pela primeira vez, em mais de uma década, e em termos homólogos, em dezembro de 2012 a taxa de inflação ficou abaixo dos dois dígitos, quedando-se em 9%, e a média anual deverá ter-se fixado em 10,2%.

A partir do 3º trimestre de 2013, o impacto da nova legislação para o setor petrolífero provocará um aumento de liquidez, o qual poderá exercer uma pressão inflacionista sobre os preços, cabendo ao Banco Central um papel decisivo em contrariar esta tendência, aliviando a sua política monetária. No pressuposto de que as medidas estruturais consigam esbater as distorções da sociedade angolana, o EIU perspetiva que a taxa de inflação se mantenha abaixo de dois dígitos nos próximos cinco anos.

#### Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidade	2010 <sup>a</sup>	2011 <sup>a</sup>	2012 <sup>b</sup>	2013 <sup>c</sup>	2014 <sup>c</sup>	2015 <sup>c</sup>
População	Milhões	19,1	19,6	20,2	20,7	21,3	21,8
PIB a preços de mercado	10 <sup>6</sup> USD	82.470	104.360	123.258	145.378	169.622	198.091
PIB <i>per capita</i>	USD	4.320	5.320	6.110	7.020	7.970	9.070
Crescimento real do PIB	%	3,4	4,0	8,0 <sup>a</sup>	8,3	5,9	5,9
Consumo privado	Var. %	5,5	7,8	9,8	9,0	6,3	4,0
Consumo público	Var. %	7,5	12,2	8,6	8,0	5,0	5,0
Formação bruta de capital fixo	Var. %	0,5	13,0	12,0	8,0	7,0	7,0
Taxa de inflação	%	14,3	13,5	10,2	9,0	8,5	8,0
Saldo do setor público	% do PIB	6,8	12,2	8,5	4,6	3,2	2,9
Dívida externa	10 <sup>6</sup> USD	19.004	21.115	21.895	21.652	20.923	20.915
Dívida externa	% do PIB	23,0	20,2	17,8	14,9	12,3	10,6
Dívida pública	% do PIB	23,4	22,2	20,5	18,5	15,5	12,9
Saldo da balança corrente	10 <sup>6</sup> USD	7.421	15.916	14.792	10.845	9.323	9.181
Saldo da balança corrente	% do PIB	9,0	15,3	12,0	7,5	5,5	4,6
Taxa de câmbio (média)	1USD=xAOA	91,91	93,93	95,43 <sup>a</sup>	95,45	94,33	92,67
Taxa de câmbio (média)	1EUR=xAOA	121,94	130,73	122,68 <sup>a</sup>	125,04	120,51	114,68

Fonte: The Economist Intelligence Unit (EIU)

Notas: (a) Valores efetivos;

(b) Estimativas;

(c) Previsões

AOA – Kuanza de Angola

O orçamento do Estado angolano para o corrente ano prevê, enquadrado num cenário em que o preço do barril de petróleo se situe em 96 dólares, um crescimento económico de 7,1%. Estima ainda, em

consequência da integração das operações da Sonangol (a empresa estatal do setor petrolífero) no OE, que se venha a verificar um défice orçamental, o primeiro desde 2009.

No entanto, o EIU antevê um quadro bem mais otimista, perspetivando que a cotação do petróleo venha a atingir valores mais elevados (as receitas do petróleo representam quase  $\frac{3}{4}$  do PIB do país). Não obstante a forte despesa pública em infraestruturas, Angola continuará a apresentar um saldo orçamental positivo, se bem que em sentido decrescente, graças à receita gerada pelo setor dos hidrocarbonetos. Aproveitando o clima macroeconómico favorável, o EIU prevê que entre 2013 e 2014 o Governo venha a recorrer à emissão internacional de Eurobonds, num montante que oscilará entre 500 e 2.000 milhões de dólares.

No setor externo, e num contexto de cotação alta do petróleo e de um aumento da produção e exportação de hidrocarbonetos, o EIU estima que saldo da balança comercial no ano em curso seja de 49 mil milhões de dólares, eliminando os efeitos do permanente aumento das importações. Nos próximos anos, as compras ao exterior deverão prosseguir num ciclo de crescimento, como consequência da recuperação do investimento e da procura interna. Entre 2014 e 2017 os excedentes da balança comercial deverão, em média, rondar cerca de 58 mil milhões de dólares, suportados pela solidez das receitas do petróleo. A prosperidade do setor acarreta, porém, a continuidade dos elevados défices das balanças de serviços e de rendimentos.

O saldo da balança corrente, que se estima tenha caído para 12% do PIB em 2012, deverá continuar numa trajetória descendente, por força do rápido crescimento das importações, em grande medida devidas ao investimento público em capital.

Durante os próximos anos, o Governo deverá continuar a beneficiar de uma folga orçamental, permitindo-lhe implementar gradualmente o programa de investimentos públicos, favorecendo uma absorção saudável pela economia dos elevados rendimentos proporcionados pela indústria extrativa.

De salientar que o relatório *Perspetivas Económicas em África 2012* assinala que Angola necessita de melhorar o sistema cambial e a gestão financeira pública, e de enfrentar os “pesados desafios de reduzir a pobreza e o desemprego”. A maioria do desemprego, que o relatório estima em 26%, afeta sobretudo os trabalhadores menos qualificados, mas surge agora um número crescente de jovens desempregados, com qualificações, mas que não se enquadram nas necessidades efetivas do país.

Apesar de estarem criadas as condições básicas para a normalização da atividade económica (possibilitando a mobilidade interna, fomentando a atividade comercial e o investimento), a carência de infraestruturas físicas e de recursos humanos continuam a condicionar a evolução da economia angolana. Por outro lado, o setor informal assume um forte peso na economia e tem um papel decisivo em termos de subsistência das famílias.

Perante este quadro, e dando continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, o principal desafio para o Governo angolano consiste no relançamento dos setores fora da esfera da indústria petrolífera,

por forma a aumentar a oferta interna e diversificar as exportações, criando emprego (este setor emprega apenas 1% da população ativa) e diminuindo a pobreza. Nesse sentido, foram aprovados vários programas que abrangem diversas áreas de atividade como a agricultura e o desenvolvimento rural, a pecuária e pescas, a habitação social, a recuperação urbana, as infraestruturas e a indústria transformadora.

De salientar que apesar do crescimento verificado no setor não-petrolífero ao longo dos últimos anos, a economia mantém-se demasiado dependente do petróleo, principal motor do crescimento, que representa 39% do PIB (em 2008 representava cerca de 60%), capta grande parte do investimento estrangeiro e é responsável por cerca de 98% das exportações e perto de 80% das receitas fiscais.

Em termos de distribuição sectorial da economia angolana, destacam-se ainda o comércio, que contribuiu com 20,3% para o PIB em 2010, a agricultura, florestas e pescas (11,0%), os serviços não transacionáveis (7,4%), a indústria transformadora (6,5%) e a construção (6,2%).

Os setores que, a médio prazo, se espera venham a contribuir mais ativamente para a diversificação económica são a agricultura e agroindústria, bebidas, pecuária e pescas, indústria ligeira associada à construção e à indústria petrolífera, e turismo.

Angola, ao contrário da grande maioria dos países da África Subsariana, dispõe de inúmeros recursos naturais. Segundo a Organização das Nações Unidas, Angola é o 16º país com maior potencial agrícola do mundo, mas atualmente apenas 3% da terra arável está cultivada. Por outro lado, com uma extensa costa, a capacidade sustentável do país é de 450 mil toneladas anuais, mas só cerca de metade deste valor é efetivamente pescado. No setor dos minérios, a situação é também de subaproveitamento dos recursos - Angola é o sétimo maior produtor de diamantes a nível mundial, mas este setor representa apenas 0,8% do PIB. Existem ainda extensas reservas de ouro, cobre, mármore, granito e cobalto.

Cabe ainda salientar que, apesar dos fortes investimentos públicos realizados nos últimos dez anos, a oferta de infraestruturas básicas é limitada. Com efeito, o acesso a água e eletricidade apresenta assinaláveis deficiências, a rede de transportes não assegura a correta circulação de produtos e pessoas no país, e a educação e saúde mantêm níveis de disponibilidade reduzidos.

## 2.2 Comércio Internacional

Ao longo dos últimos anos Angola registou, de um modo geral, um aumento considerável do valor das transações comerciais, tendo ocupado, em 2011, a 52ª posição do *ranking* de exportadores e a 72ª enquanto importador.

## Evolução da Balança Comercial

(10 <sup>6</sup> USD)	2008	2009	2010	2011	2012
Exportação fob	63.914	40.828	50.595	65.500	70.953
Importação fob	20.982	22.660	16.667	22.000	22.318
Saldo	42.932	18.168	33.928	43.500	48.635
Coefficiente de cobertura (%)	304,6	180,2	303,6	335,9	314,5
Posição no “ranking” mundial					
Como exportador	49 <sup>a</sup>	52 <sup>a</sup>	53 <sup>a</sup>	52 <sup>a</sup>	n.d.
Como importador	72 <sup>a</sup>	64 <sup>a</sup>	76 <sup>a</sup>	72 <sup>a</sup>	n.d.

Fontes: EIU - The Economist Intelligence Unit; WTO – World Trade Organization

A balança comercial angolana apresenta elevados saldos positivos, que aumentaram de forma contínua até 2008. Esta situação resulta basicamente das exportações de petróleo, que representam a quase totalidade das vendas ao exterior. A evolução das exportações entre 2005 e 2008 foi de 165%, enquanto as importações aumentaram 151%.

O elevado crescimento das exportações até 2008, reflete o aumento da produção petrolífera, bem como a subida dos preços desta *commodity*. Por outro lado, a relativa estabilidade do kuanza, a disponibilidade de moeda estrangeira proveniente das exportações e o forte desenvolvimento da economia, conduziram a elevadas taxas de crescimento das importações, embora inferiores ao ritmo de crescimento das exportações. Há que ter em conta que os constrangimentos em termos de infra-estruturas portuárias e rodoviárias têm condicionado bastante o crescimento das importações.

No entanto, o ano de 2009 foi marcado por uma forte quebra das exportações (-36,1% face ao ano anterior), em consequência, fundamentalmente, da descida acentuada do preço do petróleo (durante o primeiro semestre do ano) e também da diminuição da produção. No mesmo período, as importações continuaram a sua trajetória ascendente (+8%).

Impulsionadas pelo aumento do preço do petróleo a nível internacional, nos últimos três anos as exportações angolanas registaram um aumento considerável (23,9% em 2010, 17,7% em 2011 e 8,3% em 2012), totalizando cerca de 71 mil milhões de USD em 2012, prevendo-se a continuação desta tendência no corrente ano.

No que diz respeito às importações, depois de um recuo de 26,4% em 2010 (o que reflete, em boa medida, o esforço de contenção da despesa pública, particularmente no que diz respeito ao investimento), registaram aumentos de 13,2% e de 1,5% em 2011 e 2012, respetivamente, alcançando mais de 22,3 mil milhões de USD no ano transato, fruto do dinamismo do investimento público e do consumo interno. Para o corrente ano prevê-se a continuação do ritmo de crescimento das exportações e importações (4,3% e 11,1%, respetivamente), estimando-se que o saldo da balança comercial possa atingir o valor mais elevado dos últimos anos – superior a 49 mil milhões de USD, segundo projeções do EIU.



## Principais Clientes e Fornecedores

De acordo com os dados do *International Trade Centre* (ITC), verifica-se que a China, em 2008, ultrapassou os Estados Unidos da América (EUA) enquanto principal destino das exportações angolanas, distanciando-se cada vez mais na liderança (37,7% do total em 2011) em consequência do aumento das aquisições de petróleo. De salientar que estes dois países assumem, tradicionalmente, uma grande importância enquanto clientes de Angola, tendo representado 58,7% das suas exportações totais em 2011 (61,2% em 2009).

Angola é o principal parceiro da China no continente africano e o segundo maior fornecedor de petróleo, depois da Arábia Saudita. Cerca de 42% das exportações atuais de petróleo angolano destinam-se à China.

Outros clientes importantes são Taiwan (8,6%), Canadá (3,7%), Itália (3,1%) e França (2,8 %). Portugal tem vindo a ganhar importância enquanto destino das exportações angolanas, representando 2,5% do total em 2011 (8ª posição no *ranking* de clientes), quando em 2009 não ia além de uma quota de 0,5% (17º lugar).

O conjunto dos cinco principais clientes, conforme tabela que se segue, representou 74,1% das exportações de Angola em 2011.

### Principais Clientes

Mercado	2009		2010		2011	
	Quota %	Posição	Quota %	Posição	Quota %	Posição
China	36,9	1ª	42,8	1ª	37,7	1ª
Estados Unidos da América	24,3	2ª	23,0	2ª	21,0	2ª
Taiwan	2,7	7ª	5,4	4ª	8,6	3ª
Canadá	3,0	6ª	3,0	7ª	3,7	4ª
Itália	0,1	26ª	0,7	13ª	3,1	5ª
<b>Portugal</b>	<b>0,5</b>	<b>17ª</b>	<b>1,4</b>	<b>8ª</b>	<b>2,5</b>	<b>8ª</b>

Fonte: ITC – International Trade Centre

Portugal constitui-se como o principal fornecedor de Angola, tendo representado 18,1% do total das importações em 2011, seguido da China, com uma quota de 15,5%. Dos restantes fornecedores, destacam-se os Estados Unidos da América (8,4%), o Brasil (6,0%), a África do Sul (5,0%) e a França (4,5%).

À exceção da França, todos os restantes mercados mencionados viram o seu peso aumentar em 2011 (relativamente ao ano anterior) no contexto das importações de Angola. De salientar o expressivo crescimento da quota de Portugal e da China que se traduziu em 1,9 e 2,7 pontos percentuais, respetivamente.

O conjunto dos cinco principais fornecedores, conforme tabela que se segue, representou 53% das importações angolanas em 2011.

#### Principais Fornecedores

Mercado	2009		2010		2011	
	Quota %	Posição	Quota %	Posição	Quota %	Posição
Portugal	17,9	1 <sup>a</sup>	16,2	1 <sup>a</sup>	18,1	1 <sup>a</sup>
China	13,6	2 <sup>a</sup>	12,8	2 <sup>a</sup>	15,5	2 <sup>a</sup>
Estados Unidos da América	8,1	3 <sup>a</sup>	8,2	3 <sup>a</sup>	8,4	3 <sup>a</sup>
Brasil	7,6	4 <sup>a</sup>	6,0	4 <sup>a</sup>	6,0	4 <sup>a</sup>
África do Sul	3,9	6 <sup>a</sup>	4,5	6 <sup>a</sup>	5,0	5 <sup>a</sup>

Fonte: ITC – International Trade Centre

#### Principais Produtos Transacionados

No que diz respeito aos principais produtos exportados por Angola, os últimos dados disponibilizados pelo ITC permitem relevar a importância fulcral dos produtos energéticos para a economia angolana (97,4% do total das exportações em 2011), o que deixa a balança comercial do país muito vulnerável à flutuação do preço do petróleo nos mercados internacionais.

#### Principais Produtos Transacionados – 2011

Exportações / Setor	%	Importações / Setor	%
27 – Combustíveis e óleos minerais	97,4	84 - Máquinas e aparelhos mecânicos	13,6
89 – Navios e embarcações	1,4	89 – Navios e embarcações	8,3
71 – Pedras preciosas e metais preciosos	0,8	85 - Máquinas e aparelhos elétricos	7,8
84 - Máquinas e aparelhos mecânicos	0,1	87 – Veículos automóveis e partes	6,3
72 –Ferro e aço	0,1	73 – Obras de ferro fundido, ferro ou aço	6,3

Fonte: ITC – International Trade Centre

Por outro lado, as importações são constituídas por um vasto leque de produtos, dos quais se destacam os seguintes grupos: máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos (21,4% do total de 2011), navios e embarcações (8,3%), veículos automóveis e partes (6,3%) e obras de ferro fundido, ferro ou aço (6,3%). Este conjunto de produtos foi responsável por 42,3% das importações totais de Angola no último ano disponível.

## 2.3 Investimento

O investimento direto estrangeiro (IDE) tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais relevante na atividade económica, sendo Angola o sétimo país, no contexto do Continente Africano, que recebeu mais projetos de investimento entre 2003 e 2011.

De acordo com o *World Investment Report* publicado pela UNCTAD, Angola é bastante mais importante a nível mundial enquanto recetor de IDE, do que enquanto emissor. Em 2010, o país posicionou-se em 25º lugar do *ranking* mundial enquanto recetor (0,8% do total mundial), num universo de 208 países, e ocupou a 52ª posição no conjunto dos países emissores (0,1%).

Entre 2008 e 2012, Angola terá recebido 64,4 mil milhões de USD de investimento direto estrangeiro (média anual de cerca de 12,9 mil milhões de USD) e, segundo estimativas da EIU, o *stock* total de IDE atinge 115,5 mil milhões de USD, correspondendo a 93,7% do PIB.

Por outro lado, o investimento angolano no estrangeiro tem sido reduzido, sendo que nos últimos cinco anos o país investiu 6,8 mil milhões de USD, o que se traduz numa média anual de cerca de 1,4 mil milhões de USD.

#### Investimento Direto

(10 <sup>6</sup> USD)	2008	2009	2010	2011 <sup>a</sup>	2012 <sup>a</sup>
Investimento estrangeiro em Angola	16.581	11.672	9.942	12.565	13.642
Investimento de Angola no estrangeiro	2.570	8	1.163	1.250	1.850
Posição no “ranking” mundial					
Como recetor	20 <sup>a</sup>	28 <sup>a</sup>	25 <sup>a</sup>	n.d.	n.d.
Como emissor	44 <sup>a</sup>	105 <sup>a</sup>	52 <sup>a</sup>	n.d.	n.d.

Fontes: The Economist Intelligence Unit (EIU) e UNCTAD - World Investment Report 2012

Nota: (a) Estimativa

A atração dos investidores estrangeiros por Angola deve-se sobretudo às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais, estando os investimentos externos envolvidos em diversos setores, particularmente os relacionados com o petróleo. Nas atividades não-petrolíferas, o principal interesse recai sobre a indústria transformadora, sobre a reabilitação das infraestruturas e a agricultura, prevendo-se a sua intensificação no futuro próximo.

Segundo a Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP), no primeiro semestre de 2012 o investimento privado nos setores não petrolíferos terá superado mais de mil milhões de USD. O setor da indústria transformadora lidera a lista dos investimentos, seguindo-se a prestação de serviços, o comércio por grosso e a retalho, a construção e o *design*. As províncias de Luanda, Benguela e Bengo, são as regiões do país que mais beneficiarão com estes investimentos privados.

Um estudo recente da *Ernst Young* revela que, entre 2003 e 2011, cerca de 80% dos fluxos de IDE se destinou ao setor petrolífero que, a par da indústria extrativa em geral, deverá continuar a ser a maior fonte de atração de capital estrangeiro. Embora os setores do petróleo, gás e carvão sejam os que atraíram mais capital, foi nos serviços financeiros que se verificou o maior número de projetos (42,5% do total).

Segundo o mesmo documento, Portugal foi o país que, no período referido, mais projetos desenvolveu em Angola, seguido dos Estados Unidos da América, Reino Unido, Espanha e África do Sul.

Não obstante o capital estrangeiro continue a afluir, o país parece não melhorar em matéria de competitividade, deixando inclusivamente de constar do índice de competitividade global 2012-2013, divulgado pelo *World Economic Forum* (na edição anterior, Angola ocupou o 139º lugar entre os 142 países classificados). Por outro lado, em termos de facilidade em fazer negócios, Angola está classificada em 172º lugar no *ranking* da *Doing Business 2012*, num conjunto de 185 países.

## 2.4 Turismo

Ao longo dos últimos anos, tem-se assistido a uma evolução positiva do setor do turismo, assente fundamentalmente no turismo de negócios e outras atividades profissionais. Os últimos dados disponibilizados pela *World Tourism Organization*, relativos a 2011, indicam um crescimento de 11,6% ao nível dos turistas (relativamente a 2010), que atingiram 481 mil.

### Indicadores do Turismo

	2007	2008	2009	2010	2011
Turistas (10 <sup>3</sup> )	195	294	366	425	481
Dormidas <sup>a</sup> (10 <sup>3</sup> )	340	386	1.899	2.856	1.436
Receitas <sup>b</sup> (10 <sup>6</sup> USD)	225	285	534	719	646

Fonte: OMT – Organização Mundial de Turismo

Notas: (a) Inclui apenas as dormidas na hotelaria global;

(b) Não inclui as receitas de transporte;

No que respeita às principais regiões emissoras de turistas, destacam-se a Europa (35,4%) e África (30,7%). Em termos de países, os que assumem maior relevância são Portugal (17,6%), China (14,5%), África do Sul (13,0%), Reino Unido (6,6%), Brasil (6,2%), França (4,3%) e Estados Unidos da América (3,6%).

De acordo com dados oficiais, Angola contava, em 2009, com 3.152 estabelecimentos hoteleiros e similares, a grande maioria localizada nas províncias de Luanda (36%), Huíla (19%) e Benguela (10%). A construção de uma vasta rede hoteleira e o reforço dos investimentos no setor turístico, de modo a possibilitar que Angola concorra com os demais países de África, são os grandes desafios que se colocam ao setor.

De assinalar que, apesar do seu enorme potencial e do papel importante que desempenha no relançamento das economias locais, o setor turístico angolano sofre um défice de infraestruturas muito acentuado, que se estende desde as vias de transporte até às infraestruturas hoteleiras, em geral escassas e muito dispendiosas. No entanto, tem-se vindo a assistir à construção de novos hotéis e à recuperação das vias de comunicação e dos acessos, o que antecipa um futuro promissor.

Segundo as autoridades angolanas, até 2020 o país deverá registar a entrada de 4,6 milhões de turistas, e o setor poderá absorver um milhão de postos de trabalho diretos e indiretos e apostar-se-á na mobilização a favor do turismo interno.

### 3. Relações Económicas com Portugal

#### 3.1 Comércio

Angola é um importante parceiro comercial de Portugal, designadamente enquanto destino das exportações portuguesas, posicionando-se em quarto lugar no *ranking* de clientes (6,6% das exportações em 2012), mantendo a primazia entre os “países terceiros”, ou seja, fora do espaço da União Europeia. Na qualidade de fornecedor, as quotas de Angola são mais modestas, ultrapassando, em 2011, pela primeira vez a barreira dos 3%, ocupando a 6ª posição do *ranking*, a melhor dos últimos anos. No contexto dos países africanos de língua oficial portuguesa, Angola ocupa, distanciadamente, a primeira posição quer como cliente quer enquanto fornecedor de Portugal.

#### Importância de Angola nos Fluxos Comerciais com Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012
Angola como cliente de Portugal	Posição	4 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>
	% Saídas	5,82	7,07	5,11	5,44	6,61
Angola como fornecedor de Portugal	Posição	21 <sup>a</sup>	36 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>	6 <sup>a</sup>
	% Entradas	0,64	0,29	0,96 <sup>i</sup>	1,99	3,18

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Nota: Os termos Saídas e Entradas correspondem aos agregados (Expedições+Exportações) e (Chegadas+Importações), cujas designações se referem às trocas comerciais IntraUE e ExtraUE, respetivamente.

De acordo com dados do *International Trade Center* (ITC) e como já referimos, a quota de mercado de Portugal no contexto das importações angolanas, fixou-se em 18,1% em 2011 (último ano disponível), posicionando-se no primeiro lugar enquanto fornecedor. Por outro lado, Portugal representou cerca de 2,5% no total das exportações angolanas em 2011, ocupando a 8ª posição no *ranking* de clientes.

Ao contrário do que acontece nos saldos globais das relações comerciais entre Angola e o exterior, que apresentam assinaláveis excedentes, a balança comercial luso-angolana é tradicionalmente muito desequilibrada e favorável a Portugal, tendo registado em 2012 um saldo de 1,2 mil milhões de euros (o segundo mais baixo dos últimos 5 anos).

As exportações portuguesas para Angola aumentaram consideravelmente até 2008, quando atingiram perto de 2,3 mil milhões de euros, tendo ocorrido em 2009 uma ligeira redução face ao ano anterior, situação que se acentuou em 2010 (-16,6%), verificando-se uma recuperação, com destaque para o ano transato, com as exportações a alcançar perto de 3 mil milhões de euros. No período compreendido entre 2008 e 2012, as exportações portuguesas aumentaram a uma taxa média anual de 8,8%.

### Evolução da Balança Comercial Bilateral

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var.% <sup>a</sup> 08/12	Var.% <sup>b</sup> 11/12
Exportações	2.261.264	2.242.450	1.905.671	2.331.161	2.998.757	8,8	28,6
Importações	407.996	151.089	563.452	1.177.501	1.781.471	92,6	51,3
Saldo	1.853.268	2.091.361	1.342.219	1.153.660	1.217.286	--	--
Coef. Cobertura	554,2%	1484,2%	338,2%	198,0%	168,3%	--	--

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012; (b) Taxa de variação homóloga  
2008 a 2010: resultados definitivos; 2011: resultados provisórios; 2012: resultados preliminares

Em termos de importações provenientes de Angola, determinadas pelas aquisições de petróleo, a sua evolução revelou-se positiva ao longo dos últimos anos, tendo-se verificado um crescimento médio anual de 92,6% no período compreendido entre 2008 e 2012. Neste último ano, as importações alcançaram cerca de 1,8 mil milhões de euros (mais que triplicando o montante registado em 2010), o valor mais elevado do período.

### Exportações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	% Tot. 2008	2011	% Tot. 2011	2011	% Tot. 2012	Var % 11/12
Máquinas e aparelhos	661.016	29,2	506.274	21,7	741.551	24,7	46,5
Alimentares	311.509	13,8	422.320	18,1	480.370	16,0	13,7
Metais comuns	275.188	12,2	300.840	12,9	439.997	14,7	46,3
Agrícolas	123.109	5,4	165.933	7,1	207.096	6,9	24,8
Químicos	108.955	4,8	183.223	7,9	194.186	6,5	6,0
Veículos e outro mat. transporte	220.657	9,8	96.413	4,1	147.405	4,9	52,9
Plásticos e borracha	85.631	3,8	105.272	4,5	144.552	4,8	37,3
Minerais e minérios	87.926	3,9	94.543	4,1	110.101	3,7	16,5
Pastas celulósicas e papel	75.018	3,3	79.431	3,4	94.623	3,2	19,1
Instrum. de ótica e precisão	37.340	1,7	56.821	2,4	62.520	2,1	10,0
Vestuário	39.448	1,7	33.228	1,4	42.379	1,4	27,5
Matérias têxteis	24.447	1,1	29.564	1,3	36.318	1,2	22,8
Combustíveis minerais	20.412	0,9	53.381	2,3	34.770	1,2	-34,9
Madeira e cortiça	19.149	0,8	24.288	1,0	28.284	0,9	16,5
Calçado	14.543	0,6	13.141	0,6	14.746	0,5	12,2
Peles e couros	5.632	0,2	5.263	0,2	6.710	0,2	27,5
Outros produtos	149.852	6,6	157.524	6,8	213.075	7,1	35,3
Valores confidenciais	1.431	0,1	3.699	0,2	73	0,0	-98,0
<b>Total</b>	<b>2.261.264</b>	<b>100,0</b>	<b>2.331.161</b>	<b>100,0</b>	<b>2.998.757</b>	<b>100,0</b>	<b>28,6</b>

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

Numa análise mais detalhada, a quatro dígitos da Nomenclatura Combinada (NC), verifica-se que em 2012 os seis produtos mais representativos (ordem decrescente), foram os seguintes: cervejas de malte (5,0% do total, com um acréscimo de 21,8% face a 2011); outros móveis e suas partes (3,3%, com um aumento de 21,2%); construções de ferro fundido, ferro/aço (3,2%, com uma subida de 38,4%); vinhos de uvas frescas (2,9%, com um acréscimo de 18,2%); medicamentos em doses ou acondicionados para venda a retalho (2,3%, com um aumento de 28,7%); barras de ferro/aço n/ligado (2,2%, com um acréscimo de 75,3%).

Segundo dados do Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e do Emprego), os produtos classificados como de baixa intensidade tecnológica representaram, em 2011, 39,9% das exportações portuguesas para Angola de produtos industriais transformados. Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-alta (29,2%), média-baixa (22,6%) e alta (8,3%).

#### Importações por Grupos de Produtos

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	% Tot. 2008	2011	% Tot. 2011	2012	% Tot. 2012	Var % 11/12
Combustíveis minerais	405.481	99,4	1.169.425	99,3	1.776.672	99,7	51,9
Máquinas e aparelhos	874	0,2	1.953	0,2	1.421	0,1	-27,2
Instrumentos de ótica e precisão	16	0,0	1.140	0,1	1.350	0,1	18,4
Agrícolas	379	0,1	2.310	0,2	756	0,0	-67,3
Veículos e outro mat. transporte	108	0,0	916	0,1	400	0,0	-56,3
Madeira e cortiça	478	0,1	813	0,1	336	0,0	-58,7
Minerais e minérios	143	0,0	316	0,0	239	0,0	-24,4
Metais comuns	28	0,0	93	0,0	92	0,0	-1,1
Alimentares	37	0,0	28	0,0	72	0,0	156,0
Matérias têxteis	5	0,0	15	0,0	50	0,0	243,2
Peles e couros	15	0,0	11	0,0	24	0,0	114,9
Plásticos e borracha	9	0,0	60	0,0	8	0,0	-86,4
Vestuário	22	0,0	8	0,0	7	0,0	-13,2
Pastas celulósicas e papel	3	0,0	38	0,0	7	0,0	-82,1
Químicos	82	0,0	7	0,0	3	0,0	-59,1
Calçado	1	0,0	4	0,0	0	0,0	-94,2
Outros produtos	313	0,1	363	0,0	33	0,0	-90,9
Valores confidenciais	2	0,0	0	0,0	0	0,0	-100,0
<b>Total</b>	<b>407.996</b>	<b>100,0</b>	<b>1.177.501</b>	<b>100,0</b>	<b>1.781.471</b>	<b>100,0</b>	<b>51,3</b>

Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística

No que diz respeito à estrutura das importações portuguesas provenientes de Angola, esta está fortemente concentrada no grupo dos combustíveis minerais (óleos brutos de petróleo), que representou

99,7% do total de 2012, tendo o montante dessa categoria de produtos aumentado 51,9% face ao ano anterior.

De salientar que, em 2011, apenas 0,6% das importações provenientes de Angola diziam respeito a produtos industriais transformados, sendo que destes, 36,4% é de média-alta intensidade tecnológica e 35,5% é de baixa intensidade tecnológica.

Com base nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), verifica-se que o número de empresas portuguesas exportadoras para Angola aumentou até 2008, quando atingiu 10.130, mas nos dois anos seguintes verificou-se uma queda acentuada, não indo além de 7.132 em 2010, tendência que se inverteu em 2011 (7.893 empresas). Por outro lado, o número de empresas portuguesas importadoras de Angola tem oscilado entre 130 (em 2009) e 167 (em 2008).

### 3.2 Serviços

No âmbito dos serviços, e segundo dados do Banco de Portugal, constata-se que Angola é mais importante como cliente do que como fornecedor de Portugal, ocupando atualmente o 5º lugar no *ranking* de clientes, quando em 2007 não ia além da 11ª posição. A sua quota aumentou de 3,8% em 2008 para cerca de 7% em 2012. Enquanto fornecedor, Angola tem vindo a posicionar-se, consecutivamente, em 12º lugar no respetivo *ranking*, com uma quota ligeiramente superior a 1%.

#### Importância de Angola nos Fluxos de Serviços com Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012
Angola como cliente de Portugal	Posição <sup>a</sup>	8 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	7 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
	% Exp. <sup>b</sup>	3,83	4,20	4,64	5,66	6,98
Angola como fornecedor de Portugal	Posição <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>	12 <sup>a</sup>
	% Imp. <sup>b</sup>	1,12	1,32	1,16	1,18	1,44

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Posição num conjunto de 55 mercados

(b) Quota do mercado nas exportações e importações totais de Portugal

À semelhança do que acontece no comércio de mercadorias, também na área dos serviços a balança bilateral é tradicionalmente favorável a Portugal, com o saldo a atingir cerca de 1,2 mil milhões de euros em 2012 (em 2007 tinha sido de, aproximadamente, 365 milhões de euros). Para este resultado contribuiu o crescimento assinalável e contínuo das exportações portuguesas, que registaram um aumento médio anual de 18,8% entre 2008 e 2012.

As importações portuguesas de serviços provenientes de Angola também têm registado uma evolução positiva, mas com um crescimento médio anual bastante inferior às exportações (4,5 % entre 2008 e 2012).



O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações tem vindo a aumentar ao longo dos últimos três anos, tendo atingido 892,3% em 2012.

#### Balança de Serviços Bilateral

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var.% <sup>a</sup> 08/12	Var.% <sup>b</sup> 11/12
Exportações	683.463	685.221	816.226	1.084.988	1.332.415	18,8	22,8
Importações	126.248	136.102	126.840	134.703	149.318	4,5	10,8
Saldo	557.215	549.119	689.386	950.285	1.183.097	--	--
Coeficiente Cobertura	541,4%	503,5%	643,5%	805,5%	892,3%	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2007-2011

(b) Taxa de variação homóloga 2011-2012

### 3.3 Investimento

No domínio do investimento, Angola tem vindo a representar um parceiro cada vez mais importante nas relações económicas de Portugal com o exterior, encontrando-se entre os principais destinos do investimento português. Em 2012, Angola situou-se no 4<sup>o</sup> lugar da tabela dos destinos do investimento direto português no exterior (IDPE), com uma quota de 3,48% do total, enquanto que na qualidade de emissor de investimento para o nosso país a sua posição tem sido menos relevante (11<sup>a</sup> em 2012, ainda assim a melhor posição para o período em análise).

#### Importância de Angola nos Fluxos de Investimento para Portugal

		2008	2009	2010	2011	2012
Portugal como recetor (IDE)	Posição <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>	14 <sup>a</sup>	18 <sup>a</sup>	52 <sup>a</sup>	11 <sup>a</sup>
	% <sup>b</sup>	0,14	0,36	0,08	-0,24	0,87
Portugal como emissor (IDPE)	Posição <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>	4 <sup>a</sup>
	% <sup>b</sup>	6,81	8,93	6,84	4,65	3,48

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Posição do mercado enquanto Origem do IDE bruto total e Destino do IDPE bruto total, num conjunto de 55 mercados

(b) Com base no ID bruto

No período compreendido entre 2008 e 2012, o valor médio anual do investimento direto português em Angola ascendeu a 616,5 milhões de euros, enquanto o desinvestimento se elevou a 794,3 milhões de euros. Em 2012, o investimento português não foi além de 312,8 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 65,6% relativamente ao ano anterior.

### Investimento Direto de Portugal em Angola

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % <sup>a</sup> 08/12	Var.% <sup>b</sup> 11/12
Investimento bruto	775.127	693.765	669.472	909.505	312.823	-10,9	-65,6
Desinvestimento	1.434.059	1.062.316	512.129	532.917	430.283	-23,2	-19,3
Investimento líquido	-658.932	-368.551	157.343	376.588	-117.460	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

(b) Taxa de variação homóloga

Embora a presença portuguesa se alargue a um conjunto diversificado de setores, as principais aplicações do investimento português têm-se dirigido para o comércio por grosso e a retalho, as atividades financeiras e a construção. Nos últimos anos, estes setores representaram, em conjunto, entre 96% e 98% dos valores globais do investimento português em Angola.

### Investimento Direto de Angola em Portugal

(10 <sup>3</sup> EUR)	2008	2009	2010	2011	2012	Var % <sup>a</sup> 08/12	Var.% <sup>b</sup> 11/12
Investimento bruto	49.820	116.030	32.842	-102.782	341.192	-195,9	-432,0
Desinvestimento	4.126	478	2.230	1.797	6.604	131,5	267,5
Investimento líquido	45.694	115.552	30.612	-104.579	334.588	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Nota: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2007-2011

(b) Taxa de variação homóloga

Relativamente ao investimento direto angolano em Portugal, registou-se uma evolução positiva ao longo dos últimos anos, tendo atingido um valor médio anual da ordem dos 61,5 milhões de euros. Em 2012, os fluxos de investimento angolano aproximaram-se dos 341,2 milhões de euros.

O investimento em Portugal é considerado uma extensão dos projetos de internacionalização da estrutura financeira e produtiva angolana. A banca, telecomunicações, energia e petróleos, construção civil, engenharia e arquitetura, media, saúde, ambiente, agroindústria e turismo são os setores de base que Angola procura expandir ou consolidar em Portugal.

### 3.4 Turismo

Segundo os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal referentes às receitas geradas na hotelaria global por turistas angolanos (o único indicador disponível), verifica-se que Angola passou da 14<sup>a</sup> posição em 2008 para o 5<sup>o</sup> lugar ocupado em 2012, tendo a respetiva quota aumentado de 1,2% para cerca de 5,6%.

De salientar o considerável incremento ocorrido nos três últimos anos, tendo o valor das receitas atingido 480 milhões de euros em 2012.

#### Turismo de Angola em Portugal

	2008	2009	2010	2011	2012	Var % <sup>a</sup> 08/12	Var.% <sup>b</sup> 11/12
Receitas (10 <sup>3</sup> EUR) <sup>b</sup>	89.321	184.622	280.248	341.042	480.130	55,2	40,8
% Total <sup>c</sup>	1,20	2,67	3,69	4,19	5,58	--	--
Posição <sup>d</sup>	14	10	8	7	5	--	--

Fonte: Banco de Portugal

Notas: (a) Média aritmética das taxas de crescimento anuais no período 2008-2012

(b) Inclui apenas a hotelaria global

(c) Refere-se ao total de estrangeiros

(d) Posição enquanto mercado emissor, num conjunto de 55 mercados

## 4. Relações Internacionais e Regionais

A República de Angola é membro, entre outras organizações, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD – <http://www.afdb.org/en>), da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP – [http://www.opec.org/opec\\_web/en/index.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/index.htm)), desde 1 de janeiro de 2007, e da Organização das Nações Unidas (ONU – <http://www.un.org>) e grande parte das suas agências especializadas (<http://www.un.org/en/aboutun/structure/#Others>), de entre as quais se destacam a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Integra a Organização Mundial de Comércio (OMC – <http://www.wto.org>) desde 23 de novembro de 1996.

A nível regional, Angola faz parte da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (mais conhecida pela sigla em inglês – SADC – *Southern African Development Community*), da União Africana (UA) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A SADC (instituída inicialmente como “Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral – SADCC”, em 1 de abril de 1980) foi criada em 17 de julho de 1992, com a assinatura do Tratado de Windhoek, e consiste numa organização sub-regional de integração económica dos países da África Austral. Atualmente fazem parte da SADC (<http://www.sadc.int/>) 15 membros: África do Sul; Angola; Botswana; Ilhas Maurícias; Lesoto; Madagáscar; Malawi; Moçambique; Namíbia; República Democrática do Congo; Seicheles; Suazilândia; Tanzânia; Zâmbia; e Zimbabué.

Entre os principais objetivos encontram-se a promoção do crescimento económico e o desenvolvimento sócio-económico sustentável e equitativo que garantam o alívio da pobreza, com o objetivo final da sua erradicação, melhorar o padrão e a qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos, através da integração regional.

A nível comercial foi criada uma Zona de Comércio Livre, estando em preparação a implementação de uma União Aduaneira, um Mercado Comum, uma União Monetária e uma Moeda Única (prevista para

2018), segundo o modelo da União Europeia (UE). A SADC surge como um dos projetos de integração económica mais sólidos do continente africano (<http://www.sadc.int/about-sadc/integration-milestones/>).

A UA (<http://www.au.int>), fundada em 2002, sucedeu à Organização da Unidade Africana e é composta por cinquenta e quatro Estados membros; promove a integração regional como forma de desenvolvimento económico e tem por objetivo final a concretização de uma Comunidade Económica que congregue todos os países de África.

Por sua vez, a CPLP (<http://www.cplp.org/>) apresenta como objetivos gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas, a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico, e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. Aderiram a esta comunidade os seguintes países: Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe; e Timor-Leste.

Ao nível das relações com a UE, foi assinado, a 13 de junho de 2000, o Acordo Cotonou, o qual entrou em vigor a 1 de abril de 2003, e que vem substituir as Convenções de Lomé que durante décadas enquadraram as relações de cooperação entre os Estados-membros da UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).

Com um período de vigência de 20 anos, este Acordo estabelece um novo quadro jurídico regulador da cooperação entre as partes, cujo principal objetivo consiste na redução da pobreza e, a longo prazo, a sua erradicação, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva e faseada dos países ACP (atendendo às especificidades de cada um) na economia mundial. Moçambique ratificou o Acordo em 12 de dezembro de 2001.

No âmbito da parceria UE/Países ACP as partes acordaram em concluir novos convénios comerciais compatíveis com as regras da OMC (Acordos de Parceria Económica – APE) eliminando progressivamente os obstáculos às trocas comerciais e reforçando a cooperação em domínios conexos como a normalização, a certificação e o controlo da qualidade, a política da concorrência, a política do consumidor, entre outros.

Os novos regimes comerciais deviam ser introduzidos de forma gradual e pragmática, tendo sido necessário estabelecer um período preparatório (temporário) que terminou em 31 de dezembro de 2007. Dadas as dificuldades que acompanharam o processo de negociação entre as partes (apenas alguns *Acordos transitórios foram assinados*) houve necessidade de continuar o diálogo com vista a alcançar uma maior abertura.

Atualmente a UE e quatro (4) dos Estados SADC (Botswana, Lesoto, Moçambique e Suazilândia) já assinaram o Acordo de Parceria Económica interino (junho/julho de 2009), que assegura o acesso das mercadorias originárias destes países africanos ao mercado comunitário até que se alcance um

memorando definitivo entre a África Austral e a EU; Angola mantém negociações com vista à assinatura do Acordo Interino, sendo os progressos lentos e pouco significativos.

Os interessados podem consultar informação sobre o Acordo Cotonou no Portal Europa, em: [http://europa.eu/legislation\\_summaries/development/african\\_caribbean\\_pacific\\_states/r12101\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm) e sobre a evolução das negociações entre a UE e a SADC, na página da Comissão Europeia (*Bilateral Relations – Countries and Regions – SADC* – <http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/regions/sadc/>).

No que respeita ao relacionamento bilateral entre a União Europeia e Angola o Site da Comissão Europeia, no tema *European External Action Service (EU Relations with Angola)*, disponibiliza informação atualizada – [http://eeas.europa.eu/angola/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/angola/index_en.htm).

## 5. Condições Legais de Acesso ao Mercado

### 5.1 Regime Geral de Importação

Com vista a facilitar os procedimentos administrativos para a importação, exportação e reexportação de mercadorias (assim como a implementação da lei das atividades comerciais), o Governo lançou em junho de 2012 o Sistema de Informação Integrado do Ministério do Comércio (SIMINCO), de base informática (<http://siminco.minco.gov.ao/SIMINCO/>), que é composto por 4 Subsistemas/Módulos: SICOEX – Sistema Integrado do Comércio Externo; SILAC – Sistema Integrado de Licenciamento da Atividade Comercial; RELATÓRIOS – módulo transversal que disponibiliza as ferramentas de pesquisa das bases de dados tanto do SICOEX como do SILAC; e ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA – também de natureza transversal. Os interessados podem consultar mais informações no Site do Ministério do Comércio, nas seguintes páginas – <http://www.minco.gov.ao/VerNoticia.aspx?id=14533> / <http://www.minco.gov.ao/TodasPerguntasRespostas.aspx>.

Neste contexto, importa também referir que o Ministério das Finanças aprovou o Plano Estratégico das Alfândegas para o período 2013-2017 (Decreto Executivo n.º 19/2013, de 29 de janeiro / <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=7d60a16d-1a72-43aa-b978-3f60b3d1279a>). Entre as prioridades destacam-se: aprovar e implementar a nova Pauta Aduaneira e o Regulamento Aduaneiro; rever o estatuto Orgânico das Alfândegas; criar e implementar o *Guichet Único*; monitorizar de forma mais eficaz a atividade das entidades de Inspeção Pré-Embarque; e dinamizar as análises laboratoriais às mercadorias de amplo consumo.

Finalmente, e no que ainda diz respeito ao processo de simplificação e modernização dos procedimentos na área do comércio externo, Angola aprovou, no decurso de 2006, um novo quadro jurídico, que assenta na regra geral de dispensa de Inspeção Pré-Embarque obrigatória das mercadorias exportadas para o país, a qual passou a ser exercida apenas nos casos excecionais previstos na lei. Contudo, foi

consagrada a possibilidade de Inspeção Pré-Embarque facultativa e mantém-se a obrigatoriedade de inspeção de determinados produtos (<http://www.alfandegas.gv.ao/importadores.aspx>).

Através do Decreto n.º 41/2006, de 17 de julho (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=77a320c2-352d-4af4-9b99-8f8b5aed3f77>), Regulamento de Inspeção Pré-Embarque (REGIPE), foram definidos os princípios e as normas jurídicas fundamentais da atividade de inspeção de mercadorias no país de exportação antes do respetivo embarque para Angola. Consoante as situações, a inspeção de mercadorias pode revestir as seguintes modalidades:

- Inspeção Pré-Embarque Facultativa: Os importadores que assim o entendam podem, voluntariamente, realizar a Inspeção Pré-Embarque das mercadorias;
- Inspeção Pré-Embarque Obrigatória: Estão sujeitas a Inspeção Pré-Embarque Obrigatória as mercadorias constantes do Anexo I (do referido diploma) e as mercadorias que vierem a ser definidas por decreto executivo conjunto dos Ministros das Finanças, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Saúde, do Comércio, das Pescas e da Indústria. Esta modalidade de inspeção visa proteger a saúde pública, meio ambiente, indústria nacional e garantir a arrecadação das imposições aduaneiras.

Entre as mercadorias sujeitas à inspeção Pré-Embarque Obrigatória encontram-se: animais vivos; carnes; peixes e crustáceos; leite e laticínios; plantas vivas, produtos hortícolas e plantas; frutas; café, chá, malte e especiarias; produtos da indústria de moagem; açúcares e produtos de confeitaria; sementes e frutos oleaginosos; gorduras e óleos animais e vegetais; preparações de carne, de peixe ou de crustáceos; açúcares e produtos de confeitaria; cacau e suas preparações; preparações alimentares diversas; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos; combustíveis minerais; produtos químicos inorgânicos e orgânicos; produtos farmacêuticos; adubos ou fertilizantes; motores e equipamentos usados; veículos usados; e brinquedos;

- Inspeção Local: As entidades públicas competentes (sanitárias, policiais e alfandegárias) podem determinar a realização da inspeção local de mercadorias importadas para Angola. Esta modalidade também pode ser solicitada pelos respetivos importadores.

O diploma estabelece, também, uma abertura do setor privado ao exercício da Inspeção Pré-Embarque (até outubro de 2006 apenas a empresa *BIVAC Internacional / Bureau Veritas*, ao abrigo de contrato exclusivo com o Estado angolano, tinha acesso a esta atividade).

Atualmente, para além da *BIVAC Internacional / Bureau Veritas* (<https://verigates.bureauveritas.com/wps/wcm/connect/verigates/local/en/home/list-of-programmes/angola>), foram credenciadas pelas Alfândegas de Angola (o Despacho do Ministro das Finanças n.º 404/2006, de 11 de setembro, estabeleceu o novo regime de Licenciamento das Entidades

responsáveis pela realização das inspeções pré-embarque / <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=77a320c2-352d-4af4-9b99-8f8b5aed3f77>) as empresas *Cotecna* (<http://www.cotecna.com/en/Services/Government-Programs>) e a *SGS Group* (<http://www.sgs.com/en/Agriculture-Food/Alternative-Fuels/Inspection-and-Cargo-Management/Pre-Shipment-Inspection-PSI/Pre-Shipment-Inspection-Angola.aspx>).

Com a publicação do Decreto Executivo n.º 124/2006, de 11 de setembro (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=77a320c2-352d-4af4-9b99-8f8b5aed3f77>), foram aprovadas as normas complementares e os procedimentos relevantes que garantam a efetiva aplicação do Regulamento de Inspeção Pré-Embarque.

A inspeção (verificação física das mercadorias realizada de forma visual ou por outro meio adequado) deve ser realizada antes do embarque das mercadorias nos respetivos locais de produção ou de armazenamento ou nos respetivos locais de embarque e inclui a verificação:

- Da qualidade, quantidade, preço, classificação pautal, características técnicas, comerciais, sanitárias e de segurança das mercadorias inspecionadas;
- De que os dizeres que constem de qualquer etiqueta estão escritos em língua portuguesa;
- De que as mercadorias embaladas para venda a retalho contêm a menção dos números de lote e datas de expiração e/ou de produção;
- De que, à data prevista para a chegada ao país, ainda não tenha decorrido mais de 3/4 do prazo de validade das mercadorias com duração limitada, sem prejuízo do disposto nos anexos II e III para produtos farmacêuticos e produtos de perfumaria e cosméticos, respetivamente;
- De que todas as viaturas importadas têm volante à esquerda e observem os requisitos legais de segurança, produção e circulação.

A Inspeção Pré-Embarque inclui, ainda, a assistência pelas entidades de inspeção à operação de colocação das mercadorias nos contentores completos, ao respetivo fechamento e à aposição, nos mesmos, de um selo especial de segurança.

O exportador deverá adotar os seguintes procedimentos: criar as condições necessárias para que a entidade de inspeção possa realizar as vistorias e os testes necessários; acordar com a mesma a data de realização de inspeção da mercadoria a exportar para Angola com uma antecedência mínima de três dias úteis sobre a referida data; suportar os eventuais custos de intervenções adicionais da entidade de inspeção (nos casos previstos na lei).

O relatório de inspeção deve estar concluído dentro de 24 horas após a realização da inspeção da mercadoria. A entidade de inspeção deve emitir um Atestado de Não Verificação (ADNV) nos casos em que tenham sido detetadas discrepâncias e estas não tenham sido corrigidas no prazo de 30 dias.

A emissão do ADV (Atestado de Verificação) não poderá ter lugar sem que o exportador entregue os documentos finais à entidade de inspeção: fatura comercial com menção do valor FOB e lista de

embalagem; documentos de transporte, nomeadamente o Conhecimento de Embarque (B/L) ou Carta de Porte (AWB); outros documentos solicitados (certificados sanitários ou fitossanitários, certificados de origem e resultados de análises laboratoriais).

É importante mencionar que com a publicação do Decreto Presidencial n.º 275/2011, de 28 de outubro, (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=c156d37a-5d39-42b9-b40d-9f0091e6d4f4>) foi estabelecido um novo procedimento de recolha de amostras para análise laboratorial dos produtos alimentares e bebidas. Trata-se de um segundo processo de recolha de amostras, complementar ao já existente e levado a cabo pelo Ministério da Agricultura (e que incide sobre a análise da composição dos produtos); o novo processo verifica o grau de contaminação dos produtos e é da responsabilidade de uma entidade independente – Bromangol, empresa com quem o Serviço Nacional das Alfândegas (SNA) assinou contrato, a 20 de junho de 2012, para inspecionar toda a mercadoria importada ou de produção nacional destinada ao consumo humano.

Esta exigência, orientação da OMC, tem por objetivo salvaguardar o interesse público subjacente à proteção da saúde pública, do meio ambiente e da indústria nacional; a sua implementação tem merecido grande polémica sobretudo quando, nos últimos dois meses, o SNA decidiu que os custos das análises não seriam suportados pelo Estado mas sim pelos exportadores e importadores. As despesas iniciais eram extremamente elevadas mas estão neste momento a ser revistas, tal como os procedimentos, por forma a reduzir os custos de sobre estadias dos contentores no porto, assim como o tempo de espera pelos resultados das análises. Não obstante tratar-se de um processo em evolução, é uma medida que não é transitória e com a qual os exportadores devem passar a contar.

A Pauta Aduaneira angolana baseia-se no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH); a última versão, em vigor desde setembro de 2008, prevê a isenção de impostos sobre a importação de matérias-primas, de bens de equipamento e bens intermédios para a indústria, uma redução das taxas sobre 58 categorias de bens básicos, tendo-se registado um aumento das tarifas em 33 categorias de produtos diversos (ex.: fuba de milho; mandioca; óleo vegetal; leite integral; feijão; arroz; açúcar; bebidas; e sabão em barra azul).

A taxa máxima dos direitos *ad valorem* aplicável aos produtos importados continua nos 30% (ex.: vinhos; tabaco; e produtos de joalharia) e a mínima nos 2% (ex.: cereais). Para além das imposições alfandegárias há, também, lugar ao pagamento de outros impostos, tais como o Imposto de Consumo (calculado sobre o valor CIF dos bens, varia entre 2% a 30% em função dos produtos; a maioria dos produtos está sujeita à taxa de 10%), o Imposto de Selo (1% sobre o valor aduaneiro da mercadoria) e os Emolumentos Gerais Aduaneiros (2% sobre o valor aduaneiro da mercadoria constante em cada despacho de importação).

De referir, ainda, que após um longo período de debate alargado entre importadores, exportadores e os organismos públicos angolanos competentes, estava prevista para publicação e entrada em vigor, em janeiro de 2012, a nova Pauta Aduaneira que, segundo informações divulgadas na imprensa ([http://www.portalangop.co.ao/motix/pt\\_pt/noticias/economia/2011/2/13/Pauta-Aduaneira2012-vai-](http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/noticias/economia/2011/2/13/Pauta-Aduaneira2012-vai-)



[proteger-mais-empresariado-nacional.43ac6c7d-b210-43a9-a5d0-92a39d8770ce.html](http://proteger-mais-empresariado-nacional.43ac6c7d-b210-43a9-a5d0-92a39d8770ce.html) / <http://www.alfandegas.gv.ao/noticias2.aspx?NoticiasID=312>), refletiria um agravamento dos direitos aduaneiros sobre certas mercadorias. A nova Pauta não foi objeto de publicação na altura prevista, aguardando-se, agora, a sua publicação (e respetiva entrada em vigor) no decurso do segundo trimestre de 2013.

Finalmente, mencionar que as tarifas alfandegárias e outras taxas incidentes na importação de bens em Angola podem ser consultadas, por produto e de forma atualizada, quanto ao momento da exportação, na página da Internet da responsabilidade da União Europeia – *Market Access Database / Tariffs* (<http://madb.europa.eu/mkacddb2/indexPubli.htm>) ou na página da Direção Nacional das Alfândegas de Angola, tema “Pauta Aduaneira” ([http://www.alfandegas.gv.ao/legislacao.aspx?Tipo\\_id=4](http://www.alfandegas.gv.ao/legislacao.aspx?Tipo_id=4) – ver, também, o “Simulador de Direitos” – <http://www.alfandegas.gv.ao/frmSide1.aspx>).

## 5.2 Regime de Investimento Estrangeiro

O clima de negócios em Angola tem vindo a beneficiar de um conjunto diversificado de reformas legislativas que visam, entre outros objetivos, simplificar procedimentos e práticas administrativas, fomentar e promover o papel do setor empresarial no desenvolvimento do país e melhorar as condições de realização das operações de investimento privado. Neste contexto destacam-se, nomeadamente: a nova Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME); a Lei das Parcerias Público-Privadas; as alterações ao sistema fiscal (ex.: ao nível do Código Geral Tributário, Imposto sobre Aplicações de Capitais, Imposto de Consumo e Imposto de Selo); o quadro legal que regula a situação dos estrangeiros; e a nova Lei do Investimento Privado.

Quanto a esta última, e quase uma década passada sobre a Lei n.º 13/2003, de 13 de maio, que estabelecia as bases legais do investimento privado em Angola, o Governo procedeu à revisão da mesma procurando adequar o respetivo quadro jurídico à nova realidade política, económica e financeira do país.

Entre os principais objetivos que presidiram à aprovação da Lei n.º 20/2011, de 20 de maio (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1b5c3834-ea7c-4cdf-80d5-6a3db9b9f881>) referem-se:

- Inserir o investimento privado nos objetivos da política económica do Governo;
- Atrair o capital externo para complementar a poupança interna;
- Promover o desenvolvimento económico e o emprego;
- Descentralizar o investimento (acabar com as assimetrias e desequilíbrios regionais e contribuir para o desenvolvimento e modernização do país no seu todo);
- Incentivar a criação de parcerias entre investidores estrangeiros e empresários angolanos;
- Desburocratizar o processo de legalização dos projetos;
- Promover as exportações;

- Oferecer maior segurança aos promotores;
- Introduzir o princípio da graduação dos incentivos a conceder aos investidores em função do impacto concreto dos seus projetos na economia (ao contrário da Lei n.º 13/2003 que estabelecia uma concessão automática dos benefícios).

No que respeita ao âmbito da lei, esta aplica-se ao investimento privado a realizar em Angola, mas apenas a uma parte – o objetivo é regular o investimento mais relevante/estruturante; assim, na delimitação do campo de aplicação o legislador recorreu a um critério monetário/financeiro – apenas os investimentos (externos e internos) de valor igual ou superior a USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos EUA) estão abrangidos. Os projetos de montante abaixo do referido, embora viáveis, não estão sujeitos à Lei n.º 20/2011, não podendo, portanto, aceder aos benefícios aí previstos.

Os regimes de investimento privado em domínios das atividades de exploração petrolífera, diamantífera, das instituições financeiras e, ainda, de outros setores que a lei determine estão sujeitos a legislação específica.

O novo quadro jurídico define os atos/contratos considerados operações de investimento interno e externo, nomeadamente:

- Criação de novas empresas;
- Ampliação de empresas ou de outras formas de representação social de empresas;
- Aquisição de tecnologia e *know how*;
- Aquisição de máquinas e equipamentos;
- Participações sociais sobre sociedades e empresas de direito angolano, domiciliadas em território nacional;
- Celebração e alteração de contratos de consórcio;
- Aquisição de bens imóveis situados em território nacional.

Relativamente às garantias e aos direitos do investidor privado a lei assegura, independentemente da origem do capital, um tratamento justo, não arbitrariamente discriminatório e equitativo às sociedades e empresas constituídas e aos bens patrimoniais, conferindo-lhes proteção, segurança e acesso aos meios e instâncias judiciais. Desde que cumprida a legislação fiscal e cambial é garantido, igualmente, ao investidor o direito de transferir para o exterior os dividendos ou os lucros distribuídos, o produto da liquidação dos investimentos realizados (incluindo as mais-valias), *royalties* ou outros rendimentos de remunerações de investimentos indiretos, associados à cedência de transferências de tecnologia.

No que concerne a ajudas e facilidades é permitido o acesso a incentivos às operações de investimento que preencham determinados requisitos de interesse económico:

- Realizar o investimento nos seguintes setores de atividades: agricultura e pecuária; indústria transformadora; infraestruturas ferroviárias, rodoviárias, portuárias e aeroportuárias;

telecomunicações e tecnologias de informação; indústria de pesca e derivados; energia e águas; habitação social; saúde e educação; e hotelaria e turismo;

- Realizar investimentos nos pólos de desenvolvimento e nas demais Zonas Económicas Especiais de investimento;
- Realizar investimentos nas zonas francas a criar.

Estão previstos benefícios fiscais e aduaneiros, cuja atribuição assume um carácter excecional – ao contrário da lei anterior, não constituem a regra, nem são de concessão automática ou indiscriminada, nem ilimitados no tempo, dependendo do impacto dos projetos de acordo com critérios e objetivos definidos na lei, como por exemplo: induzir a criação de postos de trabalho; promover as regiões mais desfavorecidas (sobretudo o interior do país); aumentar as exportações; incentivar o crescimento económico; etc.

A Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP – <http://www.anip.co.ao/index.php>) é o organismo encarregue de executar a política nacional em matéria de investimentos privados qualificados, nos termos da Lei n.º 20/2011, bem como de promover, coordenar, orientar e supervisionar os investimentos privados; cabe-lhe, também, o papel de coordenador do processo de negociação dos incentivos aplicáveis aos projetos de investimento, quer estes se enquadrem em legislação especial ou no regime geral (Decreto Presidencial n.º 113/2011, de 2 de junho / <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1b5c3834-ea7c-4cdf-80d5-6a3db9b9f881>).

Para efeitos da atribuição de incentivos fiscais (isenções ou reduções de Imposto Industrial, Imposto sobre Aplicação de Capitais e Imposto de Selo) o país é organizado nas seguintes zonas de desenvolvimento:

- Zona (A) – Província de Luanda, os Municípios-sede das Províncias de Benguela, Cabinda, Huíla e o Município do Lobito;
- Zona (B) – Restantes Municípios das Províncias de Benguela, Cabinda e Huíla, e Províncias do Bengo, Cuanza-Norte, Kuanza-Sul, Malanje, Namibe e Uíge;
- Zona (C) – Províncias do Bié, Cunene, Huambo, Cuando-Cubango, Luanda-Norte, Luanda-Sul, Moxico e Zaire.

Na concessão dos benefícios a lei é mais generosa se o projeto for localizado na Zona C, B (menos desenvolvidas) e, em último lugar, na Zona A.

Em termos processuais o legislador definiu apenas um Regime Único de aprovação dos projetos – Regime Contratual – que implica uma negociação entre o candidato a investidor e as autoridades competentes a nível governamental, sob os termos específicos do investimento, nomeadamente incentivos e benefícios a atribuir. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa, tendo como partes o Estado angolano representado pela ANIP e o investidor privado.

As várias fases processuais estão previstas e definidas na lei, nomeadamente: apresentação da proposta (à ANIP); aceitação; apreciação pela ANIP (prazo máximo de 45 dias) em negociação com o investidor e com o apoio da Comissão de Negociações de Facilidades de Incentivos; aprovação final (pela ANIP quando está em causa a concessão de benefícios para projetos até ao montante equivalente a USD 10.000.000,00; pelo titular do poder executivo, após apreciação do Conselho de Ministros, no caso da atribuição de incentivos para projetos de investimento de montante superior a USD 10.000.000,00); assinatura do contrato; registo e emissão do Certificado de Registo de Investimento Privado (CRIP); licença de importação de capitais pelo Banco Nacional de Angola (BNA). A execução do projeto de investimento deve ter início dentro do prazo fixado no CRIP.

Ainda no que respeita à tramitação dos projetos de investimento, foi publicado o Decreto Presidencial n.º 84/2012, de 14 de maio (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1b5c3834-ea7c-4cdf-80d5-6a3db9b9f881>), que estabelece o procedimento a adotar pela ANIP quando lhe sejam apresentadas propostas de investimento superiores a USD 10.000.000,00 e o regime aplicável a todas as demais propostas de investimento privado cuja competência para aprovação venha a ser exercida pelo titular do poder executivo.

Finalmente, referir que não obstante os projetos de investimento aprovados nos termos da antiga Lei do Investimento Privado continuarem a ser regidos pela lei em vigor na data em que foram aprovados, os incentivos fiscais e aduaneiros obtidos por referência a estes projetos não poderão ser objeto de prorrogação.

Em matéria de incentivos, e para além dos previstos no âmbito da Lei n.º 20/2011 e da Lei n.º 17/2003 (regula benefícios fiscais e aduaneiros e permanece em vigor em tudo o que não contrarie a nova Lei do Investimento Privado) importa, ainda, destacar: a Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (disponibiliza incentivos fiscais e programas de financiamento das MPME; na sequência da mesma foi aprovado o Programa de Apoio ao Pequeno Negócio, no valor global de Kz. 21.340.000.000,00 – de relevo mencionar, também, o Fundo Ativo de Capital de Risco – FACRA – e o Mecanismo de Garantias Públicas para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Empreendedores Singulares – ver diplomas em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=fca0e42e-d0b2-4986-89bc-eccaea19b7c8>); a Lei do Fomento do Empresariado Privado Angolano (prevê formas de apoio promocional das empresas privadas – Lei n.º 14/2003, de 18 de julho / <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1a49dfb1-2145-46b9-bdc9-03ad75a78c59>); e a criação de Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) que dispõem de estatuto de extra territorialidade em matéria fiscal e financeira, para além de disponibilizarem infraestruturas básicas às empresas que aí se instalem.

No âmbito do relacionamento bilateral Portugal Angola, e por forma a promover o desenvolvimento das respetivas relações de investimento, foi assinado entre os dois países o Acordo sobre Promoção e Proteção de Investimentos (que ainda não entrou em vigor). De mencionar, também, que já houve

contactos entre as autoridades competentes portuguesas e angolanas com vista à celebração, entre as partes, de uma Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento.

De realçar que com o objetivo de eliminar barreiras ao desenvolvimento das atividades das empresas e do investimento nos territórios de ambos os Estados, foi assinado entre Portugal e Angola um Protocolo sobre facilitação de vistos (de curta e de longa duração) em passaportes comuns/ordinários (com efeitos a partir da data da sua assinatura – 15 de setembro de 2011 / <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1cb20df0-8d75-4938-b848-2974156c75db>).

Por último, referir a existência da Convenção Portugal-Angola (Seguro), no valor de 1.000 milhões de Euros, cuja informação pode ser consultada no Site da aicep Portugal Global “Guia Prático – Apoios Financeiros à Internacionalização” –

<http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoios/GuiaPraticoApoiosFinanceirosInternacionalizacao/Documents/ConvencaoPortugalAngola.pdf>; sendo que as empresas podem, também, recorrer à Linha de Seguro de Créditos à Exportação para Países Fora da OCDE, Turquia e México Com Garantia do Estado no valor de 1.000 milhões de Euros – informação acessível, igualmente, no referido Guia Prático – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Comqueapoios/GuiaPraticoApoiosFinanceirosInternacionalizacao/Documents/FacilidadeForaOCDE.pdf>.

### 5.3 Quadro Legal

#### Regime de Importação

- *Decreto Executivo n.º 19/2013, de 29 de janeiro* – Aprova o Plano Estratégico das Alfândegas para o período de 2013-2017  
(<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=7d60a16d-1a72-43aa-b978-3f60b3d1279a>).
- *Aviso n.º 19/2012, de 25 de Abril* – Estabelece as regras e os procedimentos a observar na realização de operações cambiais destinadas ao pagamento de importação, exportação e reexportação de mercadorias na República de Angola  
(<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=9020f81f-6299-4832-b1ca-8a51fe9f1d30>).
- *Decreto Presidencial n.º 265/2010, de 26 de novembro (e legislação complementar)* – Regula os procedimentos administrativos que devem ser observados para o licenciamento de importações, exportações e reexportação  
(<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=8e5cd891-db7e-48d5-b221-0192fbf0c1d5>).

- *Decreto n.º 2/2008, de 4 de agosto e Retificação de 26 de setembro* – Aprova a Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação e efetua a respetiva retificação – (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=c02ac97f-465c-4b59-a4b2-2d4562cf208a>).
- *Decreto-Lei n.º 5/2006, de 4 de outubro* – Aprova o Código Aduaneiro (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=ff2d9d6b-12f9-4718-8d8f-f8f1e0945491>).
- *Decreto n.º 41/2006, de 17 de julho (e legislação complementar)* – Aprova o Regulamento de Inspeção Pré-Embarque – REGIPE – (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=77a320c2-352d-4af4-9b99-8f8b5aed3f77>).
- *Decreto n.º 75/2002, de 15 de novembro (e legislação complementar)* – Aprova a nova fórmula de declaração de despacho aduaneiro de mercadorias adiante designado por «Documento Único», bem como as correspondentes «Notas Explicativas» (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=f2d616de-656e-4600-8f6f-39fdc8b58536>).

### Regime de Investimento Estrangeiro

- *Decreto Presidencial n.º 84/2012, de 14 de maio* – Estabelece o procedimento a adotar pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) quando lhe sejam apresentadas propostas de investimento de montante superior a USD 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos EUA) e o regime aplicável a todas as demais propostas de investimento privado cuja competência para aprovação venha a ser exercida pelo Titular do Poder Executivo. Revoga toda a legislação que contrarie o presente diploma (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1b5c3834-ea7c-4cdf-80d5-6a3db9b9f881>).
- *Lei n.º 30/2011, de 13 de setembro (e legislação complementar)* – Das Micro, Pequenas e Médias Empresas – estabelece as normas relativas ao tratamento diferenciado que devem merecer as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), bem como as condições de acesso aos respetivos incentivos e facilidades. O diploma legal entrou em vigor em 2 de janeiro de 2012 e pretende, para além de agilizar e simplificar a criação de pequenas e médias empresas, introduz um conjunto de regras que obriga Estado e empresas públicas a 'criarem mercado' para as PME (<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=fca0e42e-d0b2-4986-89bc-eccaea19b7c8>).

- *Lei n.º 20/2011, de 20 de maio* – Estabelece as bases gerais do investimento privado em Angola; revoga a Lei n.º 11/2003, de 13 de maio – Lei de Base do Investimento Privado e, em tudo que contrarie a presente lei, a Lei n.º 17/2003, de 25 de julho – Sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado  
<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1b5c3834-ea7c-4cdf-80d5-6a3db9b9f881>).
- *Lei n.º 2/2011, de 14 de janeiro* – Define as normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na preparação e acompanhamento das parcerias público-privadas  
(<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=be1067dc-b10a-4655-bea4-81dc43e7244e>).
- *Lei n.º 2/2007, de 31 de agosto e Decreto Presidencial n.º 108/2011, de 25 de maio* – Regulam a situação jurídica dos estrangeiros  
(<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=c81e1b56-6103-485e-8331-b7b556432aac>).
- *Lei n.º 2/2000, de 11 de fevereiro* – Aprova a Lei Geral do Trabalho  
([http://www.sme.ao/index.php?option=com\\_content&view=article&id=248%3Alei-geral-do-trabalho-de-angola&catid=68%3Alegislacao&Itemid=141&lang=pt](http://www.sme.ao/index.php?option=com_content&view=article&id=248%3Alei-geral-do-trabalho-de-angola&catid=68%3Alegislacao&Itemid=141&lang=pt)).
- *Decreto n.º 7/1990, de 24 de março* – Regula a abertura de escritório de representação de empresas estrangeiras em Angola  
<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=9b7a228d-9c4d-4976-a6b5-e2d3913c15f5>).

Nota: Os interessados podem aceder a legislação angolana no Site da aicep Portugal Global, página relativa ao mercado de Angola (Condições Legais de Acesso), onde estão disponíveis, para consulta, outros diplomas legais para além daqueles já referenciados – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=17>.

#### Acordos Relevantes

- *Decreto Presidencial n.º 293/2011, de 15 de novembro* – Aprova o Protocolo Bilateral entre Portugal e Angola sobre Facilitação de Vistos  
(<http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Detalhe.aspx?documentId=1cb20df0-8d75-4938-b848-2974156c75db>).
- *Decisão do Conselho n.º 2010/648/UE, de 14 de maio* – Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo que altera pela segunda vez o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, assinada em Cotonu (JO L 287, de 4 de novembro –  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32010D0648:PT:NOT>).



- *Decreto n.º 40/2008, de 10 de outubro* – Aprova o Acordo Sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, entre Portugal e Angola, que não está em vigor (<http://dre.pt/pdf1s/2008/10/19700/0722107225.pdf>).
- *Decreto n.º 6/2008, de 26 de março* – Aprova o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e Angola, em vigor desde 26 de março de 2008 (<http://dre.pt/pdf1s/2008/03/06000/0173601737.pdf>).
- *Decreto n.º 26/2006, de 14 de dezembro* – Aprova o Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, entre Portugal e Angola, em vigor desde 12 de dezembro de 2007 (<http://dre.pt/pdf1s/2006/12/23900/83818382.pdf>).
- *Decisão do Conselho n.º 2005/599/CE, de 21 de junho* – Relativa à assinatura, em nome da Comunidade Europeia, do Acordo que altera o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros (JO L 2009, de 11 de agosto – <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32005D0599:PT:NOT>).
- *Decreto n.º 32/2004, de 29 de outubro* – Aprova a Convenção sobre Segurança Social entre Portugal e Angola, que não está em vigor (<http://dre.pt/pdf1s/2004/10/255A00/64436451.pdf>).
- *Decisão do Conselho n.º 2000/483/CE, de 23 de junho* – Relativa ao Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia, assinado em Cotonu, em 23 de junho de 2000 (JO L 317, de 15 de dezembro – [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:22000A1215\(01\):PT:NOT](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:22000A1215(01):PT:NOT)).

Para consulta de mais informação legislativa sobre mercados externos, aceda ao Site da AICEP em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paraonde/SobreMercadosExternos/Paginas/SobreMercadosExternos.aspx>.

## 6. Informações Úteis

### Formalidades na Entrada

Necessidade de obtenção de visto válido ou autorização de trabalho, bem como comprovativo da vacina contra a febre-amarela. É obrigatória a declaração de divisas à entrada; à saída apenas se pode transferir a mesma quantidade declarada à entrada. É estritamente proibido transportar kuanzas para fora do país, por muito diminuta que seja a quantia.

### Riscos de Crédito e Caução e do Investimento Nacional no Estrangeiro

A COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, S.A. gere, por conta do Estado português, a garantia de cobertura de riscos de crédito e caução e do investimento nacional no estrangeiro, originados por factos de natureza política, monetária e catastrófica.



No contexto das Políticas de Cobertura para Mercados de Destino das Exportações Portuguesas, apólice individual, a cobertura para o mercado angolano é a seguinte (março 2013):

Curto prazo – Caso a caso.

Médio/Longo prazo – Garantia soberana. Limite total de responsabilidades.

Indicações mais pormenorizadas sobre políticas e condições de cobertura podem ser obtidas junto da Direção Internacional da COSEC.

#### Hora Local

Corresponde ao UTC (Tempo Universal Coordenado) mais uma hora. Em relação a Portugal, Angola tem mais uma hora no inverno e a mesma hora no verão.

#### Horários de Funcionamento

##### Serviços Públicos:

8h00-15h30 (segunda-feira a quinta-feira);

8h00-15h00 (sexta-feira)

##### Comércio:

8h00-12h30/14h30-18h00 (segunda-feira a sexta-feira);

8h00-12h30 (sábados)

##### Bancos:

8h00-15h00 (segunda-feira a sexta-feira)

#### Feriados

1 de janeiro – Dia de Ano Novo

4 de fevereiro – Dia do Início da Luta Armada de Libertação Nacional

8 de março – Dia Internacional da Mulher

4 de abril - Dia da Paz e da Reconciliação Nacional

1 de maio - Dia do Trabalhador

17 de setembro – Dia do Herói Nacional

2 de novembro – Dia de Finados

11 de novembro – Dia da Independência Nacional

25 de dezembro - Dia de Natal e da Família

##### Feriados móveis:

Terça-feira de Carnaval

Sexta-feira Santa

## Corrente Elétrica

220/240V AC, 50 hz

## Pesos e Medidas

Angola utiliza o sistema métrico.

## 7. Endereços Diversos

### Em Portugal

Embaixada da República de Angola em Portugal

Av. da República, 68

1069-213 Lisboa

Tel.: +351 21 796 7041 / 43

<http://www.embaixadadeangola.org>

**aicep** Portugal Global

Rua Júlio Dinis, 748, 9.º Dto.,

4050-012 Porto

Tel.: +351 22 605 5300

E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

**aicep** Portugal Global

Av. 5 de Outubro, 101

1050-051 Lisboa

Tel.: +351 21 790 9500

E-mail: [aicep@portugalglobal.pt](mailto:aicep@portugalglobal.pt) | <http://www.portugalglobal.pt>

CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Rua de S. Mamede, nº21

1100-533 Lisboa – Portugal

Tel.: +351 213 928 560 | Fax: +351 213 928 588

<http://www.cplp.org/>

Representação Comercial de Angola em Portugal

Campo Grande, 28 2.ºG

1700-093 Lisboa

Tel.: +351 21 7963672 | Fax: +351 21 7957513

E-mail: [repcomangola@mail.telepac.pt](mailto:repcomangola@mail.telepac.pt) | [http://www.repcomangola.com.pt/repcom\\_dba](http://www.repcomangola.com.pt/repcom_dba)

Consulado Geral de Angola em Lisboa

Rua Fradesso da Silveira,

Edifício Alcântara Rio, Bloco E

1300-260 Lisboa

Tel.: +351 21 3602060 | Fax: +351 21 3631529

E-mail: [info@consuladogeral-angola.pt](mailto:info@consuladogeral-angola.pt) | <http://www.consuladogeral-angola.pt>

Consulado Geral de Angola no Porto

Rua Doutor Carlos C Brandão 132/8

4050-160 Porto

Tel.: +351 222 058 902 | Fax: +351 222 050 328

E-mail: [consuladogangola@mail.telepac.pt](mailto:consuladogangola@mail.telepac.pt) | <http://consuladogeralangola-porto.pt/>

Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola

Calçada Marquês de Abrantes, 62 – 1º

1200-719 Lisboa

Tel.: +351 21 3940133 | Fax: +351 21 3950847

E-mail: [ccipa@cciportugal-angola.pt](mailto:ccipa@cciportugal-angola.pt) | <http://www.cciportugal-angola.pt>

Autoridade Tributária e Aduaneira

Rua da Alfândega, n.º 5, r/c

1149-006 Lisboa – Portugal

Tel.: (+351) 21 881 37 13

E-mail: [dsra@at.gov.pt](mailto:dsra@at.gov.pt) | <https://www.e-financas.gov.pt/de/jsp-dgaiec/main.jsp>

COSEC – Companhia de Seguro de Créditos, SA

Direção Internacional

Av. da República, n.º 58

1069-057 Lisboa

Tel.: +351 21 791 3700

E-mail: [cosec@cosec.pt](mailto:cosec@cosec.pt) | <http://www.cosec.pt>

Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento

Instituição Financeira de Crédito, S.A. – SOFID

Av. Casal Ribeiro, 14 – 4º

1000-092 Lisboa

Tel.: +351 21 313 77 60 | Fax: +351 21 313 77 79

E-mail: [sofid@sofid.pt](mailto:sofid@sofid.pt) | <http://www.sofid.pt/>

Bureau Veritas  
Polo Tecnológico de Lisboa, LT 21  
1600-485 Lisboa  
Tel.: +351 21 710 09 00 | Fax: +351 21 710 09 18  
E-mail: [info@pt.bureauveritas.com](mailto:info@pt.bureauveritas.com) | <http://www.bureauveritas.pt>

Bureau Veritas  
Rua 28 de janeiro, 350  
4400-335 Vila Nova de Gaia  
Tel.: +351 22 0000362 | Fax: +351 22 3753706  
E-mail: [victor.fernandes@pt.bureauveritas.com](mailto:victor.fernandes@pt.bureauveritas.com) | <http://www.bureauveritas.pt>

COINS Portugal Unipessoal.Lda (Cotecna)  
Avenida da Boavista 1361, Sobreloja  
4100-130 Porto  
Tel.: +351 22 6052450 | Fax: +351 22 6005501  
E-mail: [cotecna.porto@cotecna.pt](mailto:cotecna.porto@cotecna.pt) | <http://www.cotecna.pt>

Sociedade Geral de Superintendência, Lda (SGS)  
Polo Tecnológico de Lisboa, 6 – Piso 0  
1600-546 Lisboa  
Tel.: +351 21 707 200 747 | Fax: +351 707 200 329  
<http://www.pt.sgs.com>

#### Em Angola

Embaixada de Portugal em Luanda  
Av. de Portugal, 50  
Luanda  
Tel.: +244 222 333027 | Fax: +244 222 390 392  
E-mail: [embaixada.portugal@netcabo.co.ao](mailto:embaixada.portugal@netcabo.co.ao) | <http://www.embaixadadeportugal-luanda.com.pt>

**aicep** Portugal Global – Luanda  
Avenida de Portugal, 50  
C.P. 1319 Luanda  
Tel.: +244 222 33 14 85 | Fax: +244 222 33 05 29  
E-mail: [aicep.luanda@portugalglobal.pt](mailto:aicep.luanda@portugalglobal.pt)

**aicep** Portugal Global – Benguela

Largo do Pioneiro, 21  
C.P. 1444 - Benguela  
Telefone: +244 272 232 462 | Fax: +244 272 231 734  
E-mail: [aicep.benguela@portugalglobal.pt](mailto:aicep.benguela@portugalglobal.pt)

Consulado-Geral de Portugal em Luanda

Av. de Portugal, 50  
Luanda  
Tel.: +244 222 3334 35 | Fax: +244 222 333 656  
E-mail: [mail@luanda.dgaccp.pt](mailto:mail@luanda.dgaccp.pt) | <http://www.cgportugalemluanda.com/>

Ministério das Finanças

Edifício do MinFin  
Largo da Mutamba - Luanda  
Tel.: +244 222 33 85 48  
E-mail: [cdi@minfin.gv.ao](mailto:cdi@minfin.gv.ao) | <http://www.minfin.gv.ao/>

Banco Nacional de Angola (BNA)

Av. 4 de fevereiro, 151  
C.P. 1243 – Luanda  
Tel.: (+244) 222 679 200  
<http://www.bna.ao>

Câmara de Comércio e Indústria Portugal – Angola (CCIPA)

Rua Major Kanhangulo, 290 – Edif. Monumental – 1º D  
Luanda  
Tel.: +244 924 918 149 | Fax: +244 222 311315  
E-mail: [ccipa@multitel.co.ao](mailto:ccipa@multitel.co.ao) | <http://www.cciportugal-angola.pt>

Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP)

Rua de Serqueira Lukoki, 25 – 9º  
C.P. 594 – Luanda  
Tel.: +244 222 391 434 | Fax: +244 222 331 252  
E-mail: [geral@anip.co.ao](mailto:geral@anip.co.ao) | <http://www.anip.co.ao>

Guichet Único da Empresa (GUE)

Largo António Correia de Freitas – Av. Marginal, 117 / 118  
Luanda  
Tel.: +244 222 372 788 | Fax: +244 222 370 403  
<http://gue.minjus-ao.com>

Serviço Nacional das Alfândegas  
Rua Teresa Afonso Nº 2  
Caixa Postal 1254 - Luanda  
Tel.: +244 339495 / 372650 / 339490 / 372600 | Fax: +244 372613 / 339490

E-mail.: [info@alfandega.gv.ao](mailto:info@alfandega.gv.ao) | <http://www.alfandegas.gv.ao/>  
Delegação da União Europeia  
Rua Rainha Ginga, 45 – 3º  
C.P. 2669 – Luanda  
Tel.: +244 222 393 038 / 222 391 277 | Fax: +244 222 392 531 / 390 825  
E-mail: [delegation-angola@eeas.europa.eu](mailto:delegation-angola@eeas.europa.eu) | [http://eeas.europa.eu/delegations/angola/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/angola/index_pt.htm)

## 8. Fontes de Informação

### 8.1 Informação Online **aicep** Portugal Global

#### Documentos Específicos sobre Angola

- Título: “Angola – Relações Económicas Bilaterais com Angola 2008-2012”  
Edição: 03/2013
- Título: “Angola – Intenacionalização do Setor da Saúde”  
Edição: 02/2013
- Título: “Angola – Acordos Bilaterais Portugal/PALOP”  
Edição: 01/2013
- Título: “Angola – País em Síntese”  
Edição: 11/2012
- Título: “Angola – Condições Legais de Acesso ao Mercado”  
Edição: 07/2012
- Título: “Angola – Informações e Endereços Úteis”  
Edição: 07/2012
- Título: “Angola – Sites Seleccionados”  
Edição: 07/2012

- Título: “Angola – Dicas de Internacionalização”  
Edição: 02/2012
- Título: “Angola – Oportunidades e Dificuldades do Mercado”  
Edição: 12/2011
- Título: “Angola – Guia Prático de Acesso ao Mercado”  
Edição: 12/2011
- Título: “Angola – Protocolo Bilateral entre Portugal e Angola sobre a Facilitação de Vistos”  
Edição: 11/2011
- Título: “Angola – Regime de Investimento Privado”  
Edição: 05/2011
- Título: “Angola – Acordo sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos”  
Edição: 10/2008
- Título: “Angola – Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica”  
Edição: 03/2008
- Título: “Angola – Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo”  
Edição: 12/2006

#### Documentos de Natureza Geral

- Título: “Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal”  
Edição: 01/2013
- Título: “Guia do Exportador”  
Edição: 05/2012
- Título: “Apoios Financeiros à Internacionalização – Guia Prático”  
Edição: 04/2012
- Título: “Aspetos a Acautelar num Processo de IDPE”  
Edição: 04/2012
- Título: “Como Participar em Feiras nos Mercados Externos”  
Edição: 04/2012

- Título: “Marcas e Desenhos ou Modelos – Regimes de Proteção”  
Edição: 04/2012
- Título: “Normalização e Certificação”  
Edição: 04/2012

Esta Informação *On-line*, entre outra, pode ser consultada no Site da aicep Portugal Global, na Livraria Digital em – <http://www.portugalglobal.pt/PT/Biblioteca/Paginas/Homepage.aspx> ou no tema “Mercados Externos” – Angola: <http://www.portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Paginas/MercadosExternos.aspx?marketId=17>.

## 8.2 Endereços de Internet

- African Union (AU) – <http://www.au.int/>
- Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) – <http://www.anip.co.ao/index.php>
- AngoLegal – <http://www.angolegal.com/>
- Assembleia Nacional – <http://www.parlamento.ao>
- Banco Nacional de Angola – <http://www.bna.ao>
- Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA) – <http://www.ccia.ebonet.net>
- Câmara de Comércio e Indústria Portugal - Angola (CCIPA) – <http://www.cciportugal-angola.pt/>
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – <http://www.cplp.org/>
- Consulado Geral da República de Angola em Lisboa – <http://www.consuladogeral-angola.pt/>
- Delegação da União Europeia em Angola – <http://www.delago.ec.europa.eu/>
- Destacamento de Trabalhadores de Portugal para Outros Países – Guia Prático (Instituto da Segurança Social em Portugal) – [http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14971/destacamento\\_trabalhadores\\_portugal\\_outros\\_paises](http://www4.seg-social.pt/documents/10152/14971/destacamento_trabalhadores_portugal_outros_paises)
- Direção Nacional das Alfândegas – <http://www.alfandegas.gv.ao/>
- Doing Business in Angola 2013 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/angola/>



- Doing Business in Angola – Starting a Business 2012 (World Bank Group) – <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/angola/starting-a-business>
- European External Action Service – EU Relations with Angola – [http://eeas.europa.eu/angola/index\\_en.htm](http://eeas.europa.eu/angola/index_en.htm)
- Feira Internacional de Luanda (FIL) – <http://www.fil-angola.co.ao/>
- Guiché Único da Empresa (GUE) – <http://gue.minjus-ao.com/>
- Instituto Angolano das Comunicações (INACOM) – <http://www.inacom.og.ao/>
- LegisPalop – <http://www.legis-palop.org/bd>
- Market Access Database (tariffs, import formalities, barriers, etc.) – <http://madb.europa.eu/mkaccdb2/indexPubli.htm>
- Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social – <http://www.mapess.gv.ao/>
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas – <http://www.minagri.gov.ao/>
- Ministério da Economia – <http://www.minec.gov.ao/>
- Ministério da Geologia e Minas e Indústria – <http://www.mingmi.gov.ao/>
- Ministério da Hotelaria e Turismo – <http://www.minhotur.gov.ao/default.aspx>
- Ministério da Saúde – <http://www.minsa.gov.ao/>
- Ministério das Finanças – <http://www.minfin.gov.ao/>
- Ministério das Relações Exteriores – <http://www.mirex.gov.ao/>
- Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação – <http://www.mtti.gov.ao/default.aspx>
- Ministério do Comércio – <http://www.minco.gov.ao/>
- Ministério do Planeamento – <http://www.minplan.gov.ao/default.aspx>
- Ministério dos Petróleos – <http://www.minpet.gov.ao/default.aspx>
- NEXUS – Telecomunicações e Serviços – <http://www.nexus.ao/>

- Ordem dos Advogados de Angola – <http://www.oaang.org/>
- Páginas Douradas de Angola – <http://www.paginasdouradas.co.ao/>
- Pauta Aduaneira (Simulador de Direitos) – <http://www.alfandegas.gv.ao/frmSide1.aspx>
- Portal das Comunidades Portuguesas – Conselhos aos viajantes (Angola 2013) – <http://www.secomunidades.pt/web/guest/listapaises/AO>
- Portal das Obras Públicas – [http://www.angolanainternet.ao/obraspublicas/index.php?option=com\\_contact&task=view&contact\\_id=14&Itemid=54](http://www.angolanainternet.ao/obraspublicas/index.php?option=com_contact&task=view&contact_id=14&Itemid=54)
- Portal do Cidadão – <http://www.cidadao.gov.ao/Default.aspx>
- Portal do Governo de Angola – <http://www.angola.gov.ao/>
- Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) – <http://www.siac.gv.ao/portalsiac/index.asp>
- Serviço de Informação Integrado do Ministério do Comércio de Angola (SIMINCO) – <http://siminco.minco.gov.ao/SIMINCO/>
- Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) – <http://www.sme.ao/>
- Southern African Development Community (SADC) – <http://www.sadc.int/>